

Índice Cronológico da Legislação.....	XI
▾ CONSTITUCIONAL	
Índice Sistemático da Constituição da República Federativa do Brasil.....	1
Constituição da República Federativa do Brasil	2
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	55
Emendas à Constituição da República Federativa do Brasil.....	69
Índice Alfabético-Remissivo da Constituição da República Federativa do Brasil.....	102
▾ LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	
Decreto-lei 4.657/1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB	127
Decreto 9.830/2019 – Regulamenta a LINDB.....	129
▾ CIVIL / PROCESSO CIVIL	
Código Civil	
Índice Sistemático do Código Civil.....	131
Código Civil	135
Índice Alfabético-Remissivo do Código Civil	223
Código de Processo Civil	
Índice Sistemático do Código de Processo Civil	246
Exposição de Motivos do Código de Processo Civil.....	249
Código de Processo Civil.....	255
Índice Alfabético-Remissivo do Código de Processo Civil.....	341
▾ PENAL / PROCESSO PENAL	
Código Penal	
Índice Sistemático do Código Penal.....	361
Lei de Introdução ao Código Penal.....	363
Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal	364
Exposição de Motivos da Parte Especial do Código Penal.....	369
Código Penal.....	376
Índice Alfabético-Remissivo do Código Penal	409
Código de Processo Penal	
Índice Sistemático do Código de Processo Penal.....	421
Lei de Introdução ao Código de Processo Penal.....	423
Exposição de Motivos do Código de Processo Penal	424
Código de Processo Penal	428
Índice Alfabético-Remissivo do Código de Processo Penal	473
▾ PENAL MILITAR / PROCESSO PENAL MILITAR	
Código Penal Militar	
Índice Sistemático do Código Penal Militar.....	490
Código Penal Militar	492
Índice Alfabético-Remissivo do Código Penal Militar.....	517
Código de Processo Penal Militar	
Índice Sistemático do Código de Processo Penal Militar.....	521
Código de Processo Penal Militar.....	523
Índice Alfabético-Remissivo do Código de Processo Penal Militar.....	564

▾ TRIBUTÁRIO

Código Tributário Nacional

Índice Sistemático do Código Tributário Nacional	569
Código Tributário Nacional	570
Índice Alfabético-Remissivo do Código Tributário Nacional	585

▾ TRABALHO

Consolidação das Leis do Trabalho

Índice Sistemático da Consolidação das Leis do Trabalho	591
Exposição de Motivos da Consolidação das Leis do Trabalho	594
Nota sobre a Atualização da Consolidação das Leis do Trabalho	597
Consolidação das Leis do Trabalho	597
Índice Alfabético-Remissivo da Consolidação das Leis do Trabalho	668

▾ EMPRESARIAL

Código Comercial

Índice Sistemático do Código Comercial	679
Código Comercial	679
Índice Alfabético-Remissivo do Código Comercial	696

▾ CONSUMIDOR / TRÂNSITO / ELEITORAL / FLORESTAL

Código de Defesa do Consumidor

Índice Sistemático do Código de Defesa do Consumidor	700
Código de Defesa do Consumidor	700
Índice Alfabético-Remissivo do Código de Defesa do Consumidor	711

Código de Trânsito Brasileiro

Índice Sistemático do Código de Trânsito Brasileiro	715
Código de Trânsito Brasileiro	715
Índice Alfabético-Remissivo do Código de Trânsito Brasileiro	748

Código Eleitoral

Índice Sistemático do Código Eleitoral	753
Código Eleitoral	754
Índice Alfabético-Remissivo do Código Eleitoral	780

Código Florestal

Índice Sistemático do Código Florestal	782
Código Florestal	782
Índice Alfabético-Remissivo do Código Florestal	794

▾ ESTATUTOS

Estatuto da Terra	796
Estatuto do Índio	808
Estatuto dos Militares	811
Estatuto da Criança e do Adolescente	822
Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União	846
Estatuto do Ministério Público da União	861
Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil	878
Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	887
Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB	891
Estatuto dos Refugiados	905
Estatuto da Cidade	907
Estatuto da Pessoa Idosa	912
Estatuto do Desarmamento	918
Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	922

Estatuto da Igualdade Racial	942
Estatuto da Juventude	946
Estatuto Geral das Guardas Municipais	950
Estatuto da Metr�pole	951
Estatuto da Pessoa com Deficiência	953
Estatuto Jurídico das Empresas Estatais	961
▸ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	974
▸ REGIMENTOS INTERNOS	
Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – RI-STF	2228
Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça – RI-STJ	2246
▸ SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E ÓRGÃOS ESPECIAIS; OJs E PRECEDENTES NORMATIVOS DO TST	
Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal – STF	2270
Súmulas do Supremo Tribunal Federal – STF	2271
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça – STJ	2283
Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho – TST	2295
Súmulas do Superior Tribunal Militar – STM	2314
Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE	2314
Súmulas do Conselho Pleno do CFOAB	2316
Súmulas dos Juizados Especiais Federais – JEF	2316
Orienta�es Jurisprudenciais do Tribunal Pleno – TST	2318
Orienta�es Jurisprudenciais da SBDI-I – TST	2319
Orienta�es Jurisprudenciais da SBDI-I – Transitória – TST	2333
Orienta�es Jurisprudenciais da SBDI-II – TST	2337
Orienta�es Jurisprudenciais da SDC – TST	2343
Precedentes Normativos – TST	2345
▸ ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO UNIFICADO	2348

Índice Cronológico da Legislação

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR 7, DE 7 DE SETEMBRO DE 1970 – Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 8, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970 – Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1973 – Dispõe sobre o Programa de Integração Social de que trata a Lei Complementar 7, de 7 de setembro de 1970, e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 19, DE 25 DE JUNHO DE 1974 – Dispõe sobre a aplicação dos recursos gerados pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 24, DE 7 DE JANEIRO DE 1975 – Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências. 1168

LEI COMPLEMENTAR 26, DE 11 DE SETEMBRO DE 1975 – Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 – Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (*). 1208

LEI COMPLEMENTAR 48, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1984 – Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas a isenção do imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM e do Imposto sobre Serviços – ISS. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 61, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1989 – Estabelece normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, relativamente às exportações. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989 – Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 63, DE 11 DE JANEIRO DE 1990 – Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências... 1264

LEI COMPLEMENTAR 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências 1277

LEI COMPLEMENTAR 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991 – Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências..... 1337

LEI COMPLEMENTAR 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993 – Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências 1360

LEI COMPLEMENTAR 75, DE 20 DE MAIO DE 1993 – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União (*) 861

LEI COMPLEMENTAR 76, DE 6 DE JULHO DE 1993 – Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária 1390

LEI COMPLEMENTAR 78, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993 – Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal..... 1397

LEI COMPLEMENTAR 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 – Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências..... 1397

LEI COMPLEMENTAR 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996 – Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências..... 1460

LEI COMPLEMENTAR 91, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997 – Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

– Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona 1541

LEI COMPLEMENTAR 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999

– Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas 1652

LEI COMPLEMENTAR 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

– Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências 1659

LEI COMPLEMENTAR 102, DE 11 DE JULHO DE 2000

– Altera dispositivos da Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996, que “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências”. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 103, DE 14 DE JULHO DE 2000

– Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001

– Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências 1677

LEI COMPLEMENTAR 108, DE 29 DE MAIO DE 2001

– Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências 1681

LEI COMPLEMENTAR 109, DE 29 DE MAIO DE 2001

– Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências 1683

LEI COMPLEMENTAR 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001

– Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 116, DE 31 DE JULHO DE 2003

– Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências 1728

LEI COMPLEMENTAR 121, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2006

– Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

– Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999 922

**LEI COMPLEMENTAR 126, DE 15 DE JANEIRO DE 2007**

– Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

**LEI COMPLEMENTAR 130, DE 17 DE ABRIL DE 2009**

– Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

– Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 1915

**LEI COMPLEMENTAR 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012**

– Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

LEI COMPLEMENTAR 142, DE 8 DE MAIO DE 2013

– Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. 1933

**LEI COMPLEMENTAR 146, DE 25 DE JUNHO DE 2014**

– Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho. (Material Suplementar para *download*)

**LEI COMPLEMENTAR 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014**

– Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências (Material Suplementar para *download*)

**LEI COMPLEMENTAR 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014**

– Altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal

e Municípios; e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015 – Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências..... 1974

LEI COMPLEMENTAR 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2015 – Altera a Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências..... 1984

LEI COMPLEMENTAR 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal..... 1986

LEI COMPLEMENTAR 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016 – Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 159, DE 19 DE MAIO DE 2017 – Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares 101, de 4 de maio de 2000, e 156, de 28 de dezembro de 2016 2012

LEI COMPLEMENTAR 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017 – Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei 12.973, de 13 de maio de 2014.... 2036

LEI COMPLEMENTAR 162, DE 6 DE ABRIL DE 2018 – Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)..... 2042

LEI COMPLEMENTAR 166, DE 8 DE ABRIL DE 2019 – Altera a Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 167, DE 24 DE ABRIL DE 2019 – Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples 2086

LEI COMPLEMENTAR 173, DE 27 DE MAIO DE 2020 – Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 174, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

– Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutive de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade..... 2129

LEI COMPLEMENTAR 175, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

– Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata; e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 178, DE 13 DE JANEIRO DE 2021

– Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar 173, de 27 de maio de 2020, a Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências 2130

LEI COMPLEMENTAR 179, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

– Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. (Material Suplementar para [download](#))

LEI COMPLEMENTAR 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021

– Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 2158

A LEI COMPLEMENTAR 189, DE 4 DE JANEIRO DE 2022

– Altera a Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e a Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI COMPLEMENTAR 190, DE 4 DE JANEIRO DE 2022

– Altera a Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para regulamentar a cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

LEI COMPLEMENTAR 192, DE 11 DE MARÇO DE 2022

– Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma

única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências.....	2174	LEI 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 – Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular (*).....	1031
LEI COMPLEMENTAR 194, DE 23 DE JUNHO DE 2022 – Altera a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017.....	2178	LEI 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 – Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.....	1032
A LEI COMPLEMENTAR 195, DE 8 DE JULHO DE 2022 – Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)		LEI 2.185, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954 – Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União. (Material Suplementar para download)	
A LEI COMPLEMENTAR 198, DE 28 DE JUNHO DE 2023 – Altera a Lei Complementar 91, de 22 de dezembro de 1997, (...); e altera a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)		LEI 2.313, DE 3 DE SETEMBRO DE 1954 – Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências. (Material Suplementar para download)	
		LEI 2.770, DE 4 DE MAIO DE 1956 – Suprime a concessão de medidas liminares nas ações e procedimentos judiciais de qualquer natureza que visem a liberação de bens, mercadorias ou coisas de procedência estrangeira, e dá outras providências. (Material Suplementar para download)	
		LEI 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956 – Define e pune o crime de genocídio	1035
		LEI 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962 – Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores	1039
		LEI 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962 – Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. (Material Suplementar para download)	
		LEI 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962 – Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação	1039
		LEI 4.266, DE 3 DE OUTUBRO DE 1963 – Institui o salário família do trabalhador. (Material Suplementar para download)	
LEIS		LEI 4.337, DE 1º DE JUNHO DE 1964 – Regula a declaração de inconstitucionalidade para os efeitos do artigo 7º, VII, da Constituição Federal. (Material Suplementar para download)	
LEI 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850 – Código Comercial...	679	LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (*)	1039
LEI 492, DE 30 DE AGOSTO DE 1937 – Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia. (Material Suplementar para download)		LEI 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964 – Lei do Serviço Militar	1045
LEI 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949 – Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário, nos dias feriados civis e religiosos	1025	LEI 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 – Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.....	796
LEI 662, DE 6 DE ABRIL DE 1949 – Declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro. (Material Suplementar para download)		LEI 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964 – Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias	1050
LEI 765, DE 14 DE JULHO DE 1949 – Dispõe sobre o registro de nascimento. (Material Suplementar para download)		LEI 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964 – Dispõe sobre a Política e as Instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.....	1060
LEI 810, DE 6 DE SETEMBRO DE 1949 – Define o ano civil	1025	LEI 4.673, DE 15 DE JUNHO DE 1965 – Aplica aos bens penhorados em execuções fiscais as normas de impenhorabilidade do art. 942 do Código do Processo Civil. (Material Suplementar para download)	
LEI 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados	1025	LEI 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 – Regula a ação popular.....	1066
LEI 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.....	1026		
LEI 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951 – Prorroga vencimentos de prazos judiciais e dá outras providências..	1031		

LEI 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965 – Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento	1068	LEI 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974 – Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não	1167
LEI 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965 – Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.....	1075	LEI 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 – Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.....	1169
LEI 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 – Institui o Código Eleitoral	754	LEI 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 – Dispõe sobre as sociedades por ações.....	1174
LEI 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 1965 – Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei 4.090, de 13 de julho de 1962.....	1076	LEI 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 – Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.....	1206
LEI 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965 – Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos....	1076	LEI 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979 – Concede anistia e dá outras providências (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966 – Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências...	1093	LEI 6.708, DE 30 DE OUTUBRO DE 1979 – Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 – Institui o Código Tributário Nacional	570	LEI 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências	1216
LEI 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967 – Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.....	1111	LEI 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.....	1222
LEI 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967 – Dispõe sobre a prisão especial	1115	LEI 6.840, DE 03 NOVEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968 – Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências	1116	LEI 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 – Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.....	1117	LEI 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre o Estatuto dos Militares	811
LEI 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970 – Dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências	1122	LEI 6.899, DE 8 DE ABRIL DE 1981 – Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências.....	1225
LEI 5.741, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971 – Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.....	1123	LEI 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981 – Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências	1225
LEI 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências	1124	LEI 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências (*).	1226
LEI 5.836, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1972 – Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências.....	1135	LEI 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981 – Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências	1230
LEI 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973 – Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.....	1137	LEI 6.996, DE 7 DE JUNHO DE 1982 – Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 – Dispõe sobre o Estatuto do Índio	808	LEI 7.064, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1982 – Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 – Dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências (*).	1138	LEI 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983 – Define os crimes de responsabilidade do Governador do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos Secretários, e dá outras providências.....	1230
LEI 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974 – Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências	1160		
LEI 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974 – Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências	1162		
LEI 6.091, DE 15 DE AGOSTO DE 1974 – Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências (Material Suplementar para <i>download</i>)			
LEI 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974 – Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e dá outras providências.....	1166		

LEI 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984 – Altera dispositivos do Dec.-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.....	1230	LEI 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990 – Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 – Institui a Lei de Execução Penal.....	1238	LEI 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990 – Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais e dá outras providências.....	1269
LEI 7.238, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984 – Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e revoga dispositivos do decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983. (Material Suplementar para <i>download</i>)		LEI 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.....	1270
LEI 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências.....	1251	LEI 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.....	1281
LEI 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985 – Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.....	1252	LEI 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.....	822
LEI 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985 – Institui o vale-transporte e dá outras providências.....	1255	LEI 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências....	1282
LEI 7.433, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985 – Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)		LEI 8.076, DE 23 DE AGOSTO DE 1990 – Estabelece hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares, e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 – Define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências.....	1256	LEI 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.....	700
LEI 7.644, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987 – Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)		LEI 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.....	1283
LEI 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988 – Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.....	1258	LEI 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.....	846
LEI 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 – Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.....	1259	LEI 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.....	1289
LEI 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.....	1260	LEI 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991 – Dispõe sobre a política agrícola.....	1291
LEI 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989 – Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências... ..	1261	LEI 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991 – Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.....	1296
LEI 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências... ..	1261	LEI 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.....	1296
LEI 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989 – Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.....	1263	LEI 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.....	1310
LEI 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 – Dispõe sobre prisão temporária.....	1264	LEI 8.239, DE 4 DE OUTUBRO DE 1991 – Regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório.....	1327
LEI 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990 – Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	1265	LEI 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.....	1327
LEI 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....	1268	LEI 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992 – Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.....	1338
		LEI 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.....	1338

LEI 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992 – Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.....	1344	de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.....	1421
LEI 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992 – Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares.....	1345	LEI 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995 – Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.....	1421
LEI 8.542, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992 – Dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências....	1359	LEI 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995 – Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências	1421
LEI 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 – Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.....	1360	☞ LEI 9.093, DE 12 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre feriadados. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
☞ LEI 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993 – Altera as Leis 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)		LEI 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.....	1426
LEI 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 – Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.....	1364	LEI 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências	1432
LEI 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 – Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.....	1370	LEI 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 – Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.....	1438
LEI 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993 – Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.....	1374	LEI 9.263 DE 12 DE JANEIRO DE 1996 – Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.....	1441
LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.....	1374	LEI 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 – Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.....	1442
☞ LEI 8.716, DE 11 DE OUTUBRO DE 1993 – Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)		LEI 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996 – Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.....	1445
LEI 8.742 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências	1391	LEI 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.....	1446
☞ LEI 8.870, DE 15 DE ABRIL DE 1994 – Altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências (Material Suplementar para <i>download</i>)		LEI 9.289, DE 4 DE JULHO DE 1996 – Dispõe sobre as custas devidas a União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.....	1458
LEI 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994 – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	878	LEI 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do artigo 5º da Constituição Federal.....	1459
LEI 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 – Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.....	1410	LEI 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 – Dispõe sobre a arbitragem.....	1465
LEI 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 – Regulamenta o artigo 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.....	1413	LEI 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	1468
LEI 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 – Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.....	1416	LEI 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 – Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.....	1478
LEI 8.984, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995 – Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).....	1417	LEI 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências	1491
LEI 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 – Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências	1417	LEI 9.447, DE 14 DE MARÇO DE 1997 – Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; (...)	1493
LEI 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou		LEI 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 – Define os crimes de tortura e dá outras providências	1500
		LEI 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997 – Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os	

pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.....	1501	LEI 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998 – Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências (*)	1556
☞ LEI 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 – Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. (Material Suplementar para <i>download</i>)		LEI 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998 – Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.....	1565
LEI 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997 – Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências	905	LEI 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998 – Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.....	1568
LEI 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.....	1502	☞ LEI 9.703 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998 – Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências	1504	LEI 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998 – Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.....	1587
☞ LEI 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Material Suplementar para <i>download</i>)		☞ LEI 9.710, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998 – Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro	715	LEI 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.....	1588
LEI 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 – Estabelece normas para as eleições	1505	LEI 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999 – Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	1592
LEI 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>	1522	LEI 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999 – Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências	1594
LEI 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 – Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências	1522	LEI 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999 – Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.....	1652
LEI 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998 – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.....	1525	LEI 9.801, DE 14 DE JUNHO DE 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências	1654
LEI 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, dá outras providências.....	1526	LEI 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999 – Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.....	1655
LEI 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências	1531	☞ LEI 9.867 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
LEI 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências	1532	LEI 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucio-	
LEI 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 – Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.....	1533		
LEI 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998 – Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências	1543		
LEI 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1988 – Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências	1546		

nalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....	1656	LEI 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.....	1689
LEI 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999 – Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta, e indireta, e dá outras providências.....	1658	LEI 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001 – Altera e acrescenta dispositivos na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.....	1691
LEI 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.....	1658	LEI 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – Institui o Código Civil.....	135
LEI 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000 – Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.....	1659	☞ LEI 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002 – Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição. (Material Suplementar para download)	
☞ LEI 9.964, DE 10 DE ABRIL DE 2000 – Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e dá outras providências, e altera as Leis 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994. (Material Suplementar para download)		LEI 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.....	1692
LEI 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.....	1668	LEI 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 – Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências...	1693
LEI 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000 – Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito...	1673	LEI 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002 – Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.....	1722
☞ LEI 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000 – Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967. (Material Suplementar para download)		☞ LEI 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003 – Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências. (Material Suplementar para download)	
LEI 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.....	1673	LEI 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências....	912
LEI 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.....	1674	☞ LEI 10.778, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003 – Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. (Material Suplementar para download)	
LEI 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 – Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.....	1676	LEI 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003 – Altera a Lei 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e dá outras providências.....	1733
☞ LEI 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000 – Regula o § 2º do artigo 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. (Material Suplementar para download)		LEI 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003 – Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.....	1733
LEI 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001 – Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.....	1678	LEI 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 – Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.....	918
LEI 10.192, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001 – Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.....	1680	LEI 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 – Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências..	1735
LEI 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 – Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.....	1681	LEI 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003 – Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências....	1736
LEI 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.....	907	LEI 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004 – Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social	

e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.....	1750
LEI 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004 – Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-lei 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.....	1753
LEI 10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004 – Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.....	1758
☞ LEI 10.973, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. (Material Suplementar para download)	
LEI 10.996, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004 – Altera a legislação tributária federal e as Leis 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.....	1758
LEI 11.076, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.....	1759
LEI 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 – Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.....	1763
LEI 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.....	1767
LEI 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.....	1791
LEI 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005 – Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.....	1796
LEI 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006 – Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF;	
altera as Leis 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências (*).....	1800
LEI 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.....	1809
LEI 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.....	1813
LEI 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.....	1821
LEI 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.....	1821
LEI 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 – Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.....	1823
☞ LEI 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007 – Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Material Suplementar para download)	
LEI 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007 – Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências.....	1826
LEI 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; (...).....	1830
☞ LEI 11.577, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007 – Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias. (Material Suplementar para download)	
LEI 11.598, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2007 – Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de em-	

- presários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Dec. lei 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências..... 1831
- LEI 11.636, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007** – Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça..... 1833
- LEI 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007** – Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras 1834
- LEI 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008** – Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências 1834
- LEI 11.649, DE 4 DE ABRIL DE 2008** – Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.. 1835
- LEI 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008** – Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências 1835
- LEI 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008** – Altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências..... 1836
- LEI 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008** – Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 1849
- LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008** – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências..... 1849
- LEI 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008** – Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências 1851
- LEI 11.795, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008** – Dispõe sobre o Sistema de Consórcio..... 1852
- LEI 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008** – Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências..... 1855
- ☞ **LEI 11.961, DE 2 DE JULHO DE 2009** – Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **LEI 11.971, DE 6 DE JULHO DE 2009** – Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.007, DE 29 DE JULHO DE 2009** – Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados..... 1855
- LEI 12.009, DE 29 DE JULHO DE 2009** – Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências..... 1856
- LEI 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009** – Dispõe sobre adoção; altera as Leis 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências 1856
- LEI 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009** – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências 1856
- LEI 12.030, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009** – Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências..... 1866
- LEI 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009** – Altera as Leis 9.096, de 1930 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral..... 1866
- LEI 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009** – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal..... 1867
- LEI 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009** – Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios..... 1875
- LEI 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010** – Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências 1878
- LEI 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010** – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003 942
- LEI 12.291, DE 20 DE JULHO DE 2010** – Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços 1881
- LEI 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010** – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências 1881
- LEI 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010** – Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 1887

- LEI 12.353, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010** – Dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências 1891
- LEI 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011** – Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito 1892
- LEI 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011** – Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nos 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei 9.649, de 27 de maio de 1998 (*)..... 1894
- LEI 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011** – Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências 1899
- LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011** – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências 1899
- LEI 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011** – Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011** – Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências 1904
- LEI 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011** – Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal..... 1914
- LEI 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012** – Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências..... 1918
- LEI 12.592, DE 18 DE JANEIRO DE 2012** – Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012** – Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943 1921
- LEI 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012** – Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; (...) (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012** – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências..... 782
- LEI 12.653 DE 28 DE MAIO DE 2012** – Acresce o art. 135-A ao Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012** – Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências 1927
- LEI 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012** – Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012** – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 1928
- LEI 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012** – Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (*) 1929
- LEI 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012** – Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências 1930

- LEI 12.714 DE 14 DE SETEMBRO DE 2012** – Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.... 1931
- LEI 12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012** – Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor 1931
- LEI 12.761, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012** – Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. 1932
- ☞ **LEI 12.790, DE 14 DE MARÇO DE 2013** – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **LEI 12.810, DE 15 DE MAIO DE 2013** – Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...) (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013** – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências..... 1934
- LEI 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013** – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia 1940
- LEI 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013** – Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual 1940
- LEI 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013** – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências..... 1941
- LEI 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013** – Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências 1943
- LEI 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013** – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências..... 1945
- LEI 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013** – Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE..... 946
- LEI 12.853, DE 14 DE AGOSTO DE 2013** – Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências 1949
- ☞ **LEI 12.854, DE 26 DE AGOSTO DE 2013** – Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.879, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013** – Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público ... 1949
- LEI 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014** – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil..... 1949
- ☞ **LEI 12.974, DE 15 DE MAIO DE 2014** – Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **LEI 12.977, DE 20 DE MAIO DE 2014** – Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro; e dá outras providências (*) (Material Suplementar para *download*)
- LEI 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014** – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids..... 1952
- LEI 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014** – Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União..... 1953
- ☞ **LEI 13.001, DE 20 DE JUNHO DE 2014** – Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; (...) (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **LEI 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014** – Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014** – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999..... 1953
- LEI 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014** – Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais 950
- ☞ **LEI 13.043, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014** – Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização

- de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei 12.431, de 24 de junho de 2011 (...) (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014** – Disciplina o uso dos instrumentais de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional..... 1963
- LEI 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015** – Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências..... 951
- LEI 13.097, DE 19 DE JANEIRO DE 2015** – Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis (...) e dá outras providências..... 1963
- LEI 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015** – Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências..... 1966
- LEI 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015** – Novo Código de Processo Civil..... 255
- LEI 13.111, DE 25 DE MARÇO DE 2015** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a furto, multas, taxas anuais, débitos de impostos, alienação fiduciária ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo..... 1967
- ☞ **LEI 13.116, DE 20 DE ABRIL DE 2015** – Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001. (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015** – Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências..... 1968
- LEI 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015** – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997..... 1977
- LEI 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015** – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 953
- ☞ **LEI 13.152, DE 29 DE JULHO DE 2015** – Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.155, DE 4 DE AGOSTO DE 2015** – Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva – LOTEX; (...)..... 1980
- LEI 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015** – Altera as Leis 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina..... 1985
- ☞ **LEI 13.170, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015** – Disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015** – Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei 9.871, de 23 de novembro de 1999. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.179, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015** – Obriga o fornecedor de ingresso para evento cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.180, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015** – Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015** – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) 1985
- ☞ **LEI 13.186, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015** – Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015** – Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social 1985
- ☞ **LEI 13.189, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015** – Institui o Programa Seguro-Emprego (PSE). (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.202, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015** – Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários – PRO-RELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica; altera as Leis 12.873, de 24 de outubro de 2013, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 12.546, de 14

de dezembro de 2011; e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 13.203, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015** – Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; (...) (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015** – Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **Lei 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015** – Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Leis 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei 13.139, de 26 de junho de 2015. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016** – Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País. (Material Suplementar para [download](#))

LEI 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016 – Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei 12.662, de 5 de junho de 2012..... 1988

☞ **LEI 13.259, DE 16 DE MARÇO DE 2016** – Altera as Leis 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (Material Suplementar para [download](#))

LEI 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016 – Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013..... 1991

☞ **LEI 13.267, DE 6 DE ABRIL DE 2016** – Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. (Material Suplementar para [download](#))

LEI 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016 – Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais..... 1992

LEI 13.294 DE 6 DE JUNHO DE 2016 – Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 1993

LEI 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências 1994

LEI 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios 961

LEI 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016 – Institui, nos termos do *caput* do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas 1994

☞ **LEI 13.316, DE 20 DE JULHO DE 2016** – Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei 11.415, de 15 de dezembro de 2006. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 13.319, DE 25 DE JULHO DE 2016** – Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária; amplia o limite de participação do investimento estrangeiro na aviação civil; (...) (Material Suplementar para [download](#))

LEI 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016 – Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências 1995

LEI 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016 – Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) 1997

☞ **LEI 13.420, DE 13 DE MARÇO DE 2017** – Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017** – Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 13.428, DE 30 DE MARÇO DE 2017** – Altera a Lei 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que “Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior

- ou repatriados por residentes ou domiciliados no País". (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017** – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)..... 2006
- ☞ **LEI 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017** – Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular. (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.444, DE 11 DE MAIO DE 2017** – Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)..... 2012
- LEI 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017** – Institui a Lei de Migração 2017
- ☞ **LEI 13.448, DE 5 DE JUNHO DE 2017** – Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017** – Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei 10.962, de 11 de outubro de 2004..... 2025
- ☞ **LEI 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017** – Altera as Leis 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017** – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública..... 2025
- ☞ **LEI 13.463, DE 6 DE JULHO DE 2017** – Dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais. (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017** – Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; (...); e dá outras providências (*)..... 2027
- ☞ **LEI 13.475, DE 28 DE AGOSTO DE 2017** – Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta; e revoga a Lei 7.183, de 5 de abril de 1984. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.483, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017** – Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (...) (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.485, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017** – Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre a revisão da dívida previdenciária dos Municípios pelo Poder Executivo federal; altera a Lei 9.796, de 5 de maio de 1999; e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.486, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017** – Altera o art. 8º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre os deveres do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços e de informar, quando for o caso, sobre o risco de contaminação*. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017** – Altera as Leis 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão*. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.488, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017** – Altera as Leis 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.494, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017** – Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) nas autarquias e fundações públicas federais e na Procuradoria-Geral Federal; altera as Leis 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.213, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **LEI 13.496, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017** – Institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e altera a Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972. (Material Suplementar para [download](#))
- LEI 13.506, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017** – Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; (...); e dá outras providências..... 2037
- ☞ **LEI 13.529, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017** – Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados,

Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF). (Material Suplementar para *download*)

- ☞ **Lei 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018** – Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **LEI 13.614, DE 11 DE JANEIRO DE 2018** – Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans) e acrescenta dispositivo à Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **LEI 13.656, DE 30 DE ABRIL DE 2018** – Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **LEI 13.667, DE 17 DE MAIO DE 2018** – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto 76.403, de 8 de outubro de 1975 (Material Suplementar para *download*)
- LEI 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018** – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei 12.681, de 4 de julho de 2012..... 2043
- LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) 2050
- LEI 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018** – Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação... 2064
- ☞ **LEI 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018** – Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; (...) (Material Suplementar para *download*)
- LEI 13.775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018** – Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras evidências..... 2081

☞ **LEI 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018** – Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente (Material Suplementar para *download*)

☞ **LEI 13.800, DE 4 DE JANEIRO DE 2019** – Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019 – Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei 13.170, de 16 de outubro de 2015..... 2082

☞ **LEI 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019** – Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente (Material Suplementar para *download*)

☞ **LEI 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019** – Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. (Material Suplementar para *download*)

☞ **LEI 13.831, DE 17 DE MAIO DE 2019** – Altera a Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

☞ **LEI 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019** – Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (...) (Material Suplementar para *download*)

LEI 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019 – Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 2086

LEI 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 – Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei 4.898, de

9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)..... 2099

LEI 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 – Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências..... 2101

☞ **LEI 13.876, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019** – Dispõe sobre honorários periciais em ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, e a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 13.934, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019** – Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado “contrato de desempenho”, no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 13.954, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019** – Altera a Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

LEI 13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019 – Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia) 2109

☞ **LEI 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020** – Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei 9.613, de 3 de março de 1998. (Material Suplementar para [download](#))

LEI 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 – Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019..... 2111

☞ **LEI 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020** – Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019,

a que se refere a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (Material Suplementar para [download](#))

LEI 13.986, DE 7 DE ABRIL DE 2020 – Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas..... 2115

LEI 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020 – Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002..... 2118

LEI 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020 – Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.... 2121

LEI 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)..... 2123

LEI 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020 – Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências 2126

☞ **LEI 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020** – Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; e dá outras providências (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020** – Altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.030, DE 28 DE JULHO DE 2020** – Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nos 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.034, DE 5 DE AGOSTO DE 2020** – Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19 (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.043, DE 19 DE AGOSTO DE 2020** – Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e

13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2020** – Dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.065, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020** – Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020** – Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.075, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020** – Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis 13.982, de 2 de abril de 2020, e 14.058, de 17 de setembro de 2020. (Material Suplementar para [download](#))

LEI 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 – Altera as Leis 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária..... 2130

☞ **LEI 14.118, DE 12 DE JANEIRO DE 2021** – Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei 13.439, de 27 de abril de 2017. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021** – Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.124, DE 10 DE MARÇO DE 2021** – Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.128, DE 26 DE MARÇO DE 2021** – Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias,

tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei 605, de 5 de janeiro de 1949. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **LEI 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021** – Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. (Material Suplementar para [download](#))

LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos 2133

LEI 14.151, DE 12 DE MAIO DE 2021 – Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus..... 2158

☞ **LEI 14.165, DE 10 DE JUNHO DE 2021** – Define as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos. (Material Suplementar para [download](#))

LEI 14.181, DE 1º DE JULHO DE 2021 – Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento 2160

LEI 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021 – Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher ... 2160

LEI 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021 – Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais..... 2161

LEI 14.193, DE 6 DE AGOSTO DE 2021 – Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) 2161

LEI 14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021 – Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de

- Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); (...) e dá outras providências..... 2164
- ☞ **LEI 14.215, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021** – Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia de covid-19, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 14.216, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021** – Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias 2168
- ☞ **LEI 14.217, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021** – Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e de insumos e para a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. (Material Suplementar para *download*)
- LEI 14.286, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021** – Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil 2169
- LEI 14.297, DE 5 DE JANEIRO DE 2022** – Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19..... 2171
- LEI 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022** – Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências..... 2176
- LEI 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022** – Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021 2179
- LEI 14.430, DE 3 DE AGOSTO DE 2022** – Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e o Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966; e revoga dispositivos das Leis 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.331, de 1º de setembro de 2016, e 13.986, de 7 de abril de 2020..... 2187
- A** **LEI 14.431, DE 3 DE AGOSTO DE 2022** – Altera as Leis 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para ampliar a margem de crédito consignado aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, aos segurados do regime próprio de previdência social dos servidores públicos federais, aos servidores públicos federais e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do benefício de prestação continuada e de programas federais de transferência de renda, a Lei 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos, e a Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para alterar procedimentos relativos à concessão do Auxílio Inclusão Produtiva Urbana. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)
- LEI 14.437, DE 15 DE AGOSTO DE 2022** – Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal..... 2191
- ☞ **LEI 14.438, DE 24 DE AGOSTO DE 2022** – Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (SIM Digital); promove alterações na gestão e nos procedimentos de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.636, de 20 de março de 2018, e 14.118, de 12 de janeiro de 2021; e revoga dispositivo da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. (Material Suplementar para *download*)
- A** **LEI 14.440, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022** – Institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar); e altera as Leis 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.080, de 30 de dezembro de 2004, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 13.483, de 21 de setembro de 2017. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)
- A** **LEI 14.441, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022** – Altera as Leis 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 11.699, de 13 de junho de 2008, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre

o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social e para dispor sobre a gestão dos imóveis que constituem o patrimônio imobiliário do Fundo do Regime Geral de Previdência Social. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

LEI 14.442, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022 – Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 2195

A LEI 14.443, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022 – Altera a Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.446, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022 – Altera a Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.451, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022 – Altera a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar os quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada previstos nos arts. 1.061 e 1.076. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.454, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022 – Altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer critérios que permitam a cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

LEI 14.457, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022 – Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011 2195

A LEI 14.460, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022 – Transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em autarquia de natureza especial e transforma cargos comissionados; altera as Leis 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e 13.844, de 18 de junho de 2019; e revoga dispositivos da Lei 13.853, de 8 de julho de 2019. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.470, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022 – Altera a Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011 (Lei de Defesa da Concorrência), para prever novas disposições aplicáveis à repressão de infrações à ordem econômica. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.474, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 – Altera a Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, para modificar a forma de reajuste das receitas patrimoniais da União decorrentes da atualização da planta de valores e desburocratizar procedimentos de alienação e registro de imóveis da União, as Leis 11.483, de 31 de maio de 2007, e 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e os Decretos-Lei 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para dispor sobre as hipóteses em que se aplica o prazo de transferência de imóveis, e

9.760, de 5 de setembro de 1946, para dispor sobre regras de demarcação de terrenos de marinha; e dá outras providências. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

LEI 14.478, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022 – Dispõe sobre diretrizes a serem observadas na prestação de serviços de ativos virtuais e na regulamentação das prestadoras de serviços de ativos virtuais; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros; e altera a Lei 7.492, de 16 de junho de 1986, que define crimes contra o sistema financeiro nacional, e a Lei 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre lavagem de dinheiro, para incluir as prestadoras de serviços de ativos virtuais no rol de suas disposições 2198

A LEI 14.489, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022 – Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público - Lei Padre Júlio Lancelotti. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.508, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022 – Altera o art. 6º da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que “Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, para estabelecer normas sobre a posição topográfica dos advogados durante audiências de instrução e julgamento. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.509, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022 – Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.510, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022 – Altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da teleaúde em todo o território nacional, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015; e revoga a Lei 13.989, de 15 de abril de 2020. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.515, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 – Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras) (...) (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.531, DE 10 DE JANEIRO DE 2023 – Altera as Leis 13.675, de 11 de junho de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (...) (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A LEI 14.532, DE 11 DE JANEIRO DE 2023 – Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever

pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.533, DE 11 DE JANEIRO DE 2023** – Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)(...) (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.534, DE 11 DE JANEIRO DE 2023** – Altera as Leis 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.538, DE 31 DE MARÇO DE 2023** – Altera as Leis 9.656, de 3 de junho de 1998, e 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar às pacientes a substituição do implante mamário utilizado na reconstrução mamária ou na simetrização da mama contralateral sempre que ocorrerem complicações ou efeitos adversos a ele relacionados, bem como assegurar às pacientes acompanhamento psicológico e multidisciplinar especializado na hipótese que especifica. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

LEI 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023 – Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal 2203

LEI 14.541, DE 3 DE ABRIL DE 2023 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher 2203

A **LEI 14.548, DE 13 DE ABRIL DE 2023** – Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e com a Lei 13.812, de 16 de março de 2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.550, DE 19 DE ABRIL DE 2023** – Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.553, DE 20 DE ABRIL DE 2023** – Altera os arts. 39 e 49 da Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.554, DE 20 DE ABRIL DE 2023** – Altera as Leis 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para flexibilizar e aprimorar as condições de contratação e de renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas

de Pequeno Porte (Pronampe), ampliar o prazo para a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), facilitar o fomento à ciência e tecnologia e aprimorar o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); e revoga dispositivos das Leis 14.115, de 29 de dezembro de 2020, 14.161, de 2 de junho de 2021, e 14.257, de 1º de dezembro de 2021. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.560, DE 26 DE ABRIL DE 2023** – Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir, como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquela realizada com atividades curriculares complementares. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.562, DE 26 DE ABRIL DE 2023** – Altera o art. 311 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.572, DE 8 DE MAIO DE 2023** – Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.590, DE 24 DE MAIO DE 2023** – Altera a Lei 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a Lei 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.592, DE 30 DE MAIO DE 2023** – Altera a Lei 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) (...). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.595, DE 5 DE JUNHO DE 2023** – Altera a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, de forma a regulamentar prazos e condições para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), e a Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **LEI 14.596, DE 14 DE JUNHO DE 2023** – Dispõe sobre regras de preços de transferência relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); altera as Leis 9.430, de 27 de dezembro de 1996, (...). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

LEI 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 – Institui a Lei Geral do Esporte..... 2206

A **LEI 14.599, DE 19 DE JUNHO DE 2023** – Posterga a exigência do exame toxicológico periódico para obtenção e renovação da Carteira Nacional de Habilitação; e altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispor sobre seguro de cargas, e a Lei 11.539, de 8 de novembro de 2007, para dispor sobre a carreira de Analista de

Infraestrutura e o cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020..... 2114

- A** **LEI 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023** – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, (...). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)
- A** **LEI 14.601, DE 19 DE JUNHO DE 2023** – Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória 1.155, de 1º de janeiro de 2023. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)
- LEI 14.611, DE 3 DE JULHO DE 2023** – Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943..... 2222
- A** **LEI 14.612, DE 3 DE JULHO DE 2023** – Altera a Lei 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)
- A** **LEI 14.614, DE 3 DE JULHO DE 2023** – Altera a Lei 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)
- LEI 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023** – Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021..... 2222

DECRETOS-LEIS

- DECRETO-LEI 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937** – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional..... 993
- DECRETO-LEI 58, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937** – Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações..... 994
- DECRETO-LEI 1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939** – Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio..... 996
- DECRETO-LEI 2.627, DE 26 DE SETEMBRO DE 1940** – Dispõe sobre as sociedades por ações..... 996
- DECRETO-LEI 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940** – Código Penal..... 376
- DECRETO-LEI 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941** – Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública..... 997
- DECRETO-LEI 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941** – Lei das Contravenções Penais..... 1000
- DECRETO-LEI 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941** – Código de Processo Penal..... 428
- DECRETO-LEI 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941** – Lei de Introdução ao Código Penal (Dec.-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e à Lei das Contravenções Penais (Dec.-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941)..... 363
- DECRETO-LEI 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941** – Lei de Introdução ao Código de Processo Penal (Dec.-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941)..... 423
- DECRETO-LEI 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942** – Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências..... 1004
- DECRETO-LEI 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942** – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro..... 127
- DECRETO-LEI 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943** – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho..... 597
- DECRETO-LEI 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946** – Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências..... 1013
- DECRETO-LEI 37, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966** – Dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências..... 1098
- DECRETO-LEI 70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966** – Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências (*)..... 1109
- DECRETO-LEI 73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966** – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))
- DECRETO-LEI 195, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967** – Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria..... 1112
- DECRETO-LEI 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967** – Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências..... 1114
- DECRETO-LEI 406, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968** – Estabelece normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis aos Impostos sobre Operações Relativas à Circulação

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO 6, DE 2020 – Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da

* Conteúdo parcial.

de Mercadorias e sobre Serviços de Qualquer Natureza, e dá outras providências.....	1119	assinada em Caracas a 28 de março de 1954 (Material Suplementar para <i>download</i>)	
☞ DECRETO-LEI 667, DE 2 DE JULHO DE 1969 – Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)		DECRETO 50.215, DE 28 DE JANEIRO DE 1961 – Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.....	1035
DECRETO-LEI 779, DE 21 DE AGOSTO DE 1969 – Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.....	1121	DECRETO 55.929, DE 19 DE ABRIL DE 1965 – Promulga a Convenção sobre Asilo Territorial.....	1065
DECRETO-LEI 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969 – Altera a redação do artigo 66 da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.....	1121	DECRETO 57.595, DE 7 DE JANEIRO DE 1966 – Promulga as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de cheques.....	1079
DECRETO-LEI 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969 – Código Penal Militar.....	492	DECRETO 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966 – Promulga as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.....	1085
DECRETO-LEI 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969 – Código de Processo Penal Militar.....	523	DECRETO 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972 – Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.....	1131
DECRETO-LEI 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970 – Regula a imissão de posse, <i>início litis</i> , em imóveis residenciais urbanos.....	1122	☞ DECRETO 70.946, DE 7 DE AGOSTO DE 1972 – Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
DECRETO-LEI 1.413, DE 31 DE JULHO DE 1975 – Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.....	1169	DECRETO 350, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991 – Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção).....	1333
DECRETO-LEI 2.321, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987 – Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências.....	1257	DECRETO 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 – Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.....	1353
		DECRETO 983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993 – Dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa.....	1391
		☞ DECRETO 1.800, DE 30 DE JANEIRO DE 1996 – Regulamenta a Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
DECRETOS		DECRETO 1.901, DE 9 DE MAIO DE 1996 – Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994.....	1442
DECRETO 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908 – Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais.....	974	DECRETO 1.979, DE 9 DE AGOSTO DE 1996 – Promulga a Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado.....	1459
DECRETO 18.871, DE 13 DE AGOSTO DE 1929 – Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana.....	977	DECRETO 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997 – Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, revoga o Decreto 861, de 9 julho de 1993, e dá outras providências.....	1494
DECRETO 18.956, DE 22 DE OUTUBRO DE 1929 – Promulga seis convenções de direito internacional publico, aprovadas pela Sexta Conferencia internacional americana.....	991	DECRETO 2.626, DE 15 DE JUNHO DE 1998 – Promulga o Protocolo de Medidas Cautelares, concluído em Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1994.....	1567
DECRETO 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932 – Regula a prescrição quinquenal.....	992	☞ DECRETO 2.661, DE 8 DE JULHO DE 1998 – Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências. (Material Suplementar para <i>download</i>)	
DECRETO 22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933 – Dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências....	992	DECRETO 2.742, DE 20 DE AGOSTO DE 1998 – Promulga o Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção ao Meio Ambiente, assinado em Madri, em 4 de outubro de 1991.....	1576
DECRETO 19.841, DE 22 DE OUTUBRO DE 1945 – Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas.....	1004		
☞ DECRETO 21.713, DE 27 DE AGOSTO DE 1946 – Promulga a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago a 7 de dezembro de 1944 e firmado pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945 (Material Suplementar para <i>download</i>)			
☞ DECRETO 42.628, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1957 – Promulga a Convenção sobre Asilo Diplomático,			

- DECRETO 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999** – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências 1595
- DECRETO 4.250, DE 27 DE MAIO DE 2002** – Regula a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei 10.259, de 12 de julho de 2001 1692
- DECRETO 4.311, DE 23 DE JULHO DE 2002** – Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras..... 1700
- DECRETO 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002** – Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional 1702
- ☞ **DECRETO 4.552, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002** – Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 4.982, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2004** – Promulga o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul..... 1745
- ☞ **DECRETO 5.289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004** – Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005** – Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 5.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005** – Promulga a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002 1798
- ☞ **DECRETO 5.903, DE 20 DE SETEMBRO DE 2006** – Regulamenta a Lei 10.962, de 11 de outubro de 2004, e a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006** – Regulamenta a Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008** – Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 6.489, DE 19 DE JUNHO DE 2008** – Regulamenta a Lei 11.705, de 19 de junho de 2008, no ponto em que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008** – Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências..... 1836
- DECRETO 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009** – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 1858
- DECRETO 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009** – Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66 1868
- DECRETO 7.156, DE 9 DE ABRIL DE 2010** – Promulga o texto do Estatuto Emendado da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, assinado em 30 de junho de 2005 1876
- DECRETO 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010** – Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal 1880
- ☞ **DECRETO 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011** – Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, de que trata a Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011** – Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal 1903
- ☞ **DECRETO 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012** – Regulamenta a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 7.777, DE 24 DE JULHO DE 2012** – Dispõe sobre as medidas para a continuidade de atividades e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos promovidas pelos servidores públicos federais. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 7.830, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012** – Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013** – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 7.950, DE 12 DE MARÇO DE 2013** – Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013** – Regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico 1933
- ☞ **DECRETO 8.145, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013** – Altera o Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 8.212, DE 21 DE MARÇO DE 2014** – Regulamenta o crédito presumido da Contribuição

ção para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (...) (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.264, DE 5 DE JUNHO DE 2014 – Regulamenta a Lei 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços. 1952

DECRETO 8.364, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014 – Regulamenta o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.373, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014 – Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.424, DE 31 DE MARÇO DE 2015 – Regulamenta a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.426, DE 1º DE ABRIL DE 2015 – Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.433, DE 16 DE ABRIL DE 2015 – Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei 13.103, de 2 de março de 2015. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.501, DE 18 DE AGOSTO DE 2015 – Promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, firmada em Nova Iorque, em 30 de agosto de 1961. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.510, DE 31 DE AGOSTO DE 2015 – Regulamenta o disposto no art. 14 da Medida Provisória 685, de 21 de julho de 2015, no § 5º do art. 33 da Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no parágrafo único do art. 23 da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, e no art. 3º da Medida Provisória 687, de 17 de agosto de 2015. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.516, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015 – Regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam o § 4º e § 5º do art. 1º da Lei 6.932, de 7 de julho de 1981, e o art. 35 da Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.537, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015 – Regulamenta a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015 – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de

pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015 – Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.614, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015 – Regulamenta a Lei Complementar 121, de 9 de fevereiro de 2006, para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.616, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 – Regulamenta o disposto na Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.642, DE 19 DE JANEIRO DE 2016 – Dispõe sobre Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT, criada pela Lei 13.155, de 4 de agosto de 2015, e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.660, DE 29 DE JANEIRO DE 2016 – Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961. 1987

DECRETO 8.692, DE 16 DE MARÇO DE 2016 – Regulamenta o controle de dopagem a que se refere a Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016 – Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016 – Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016 – Fixa a Política Nacional de Inteligência. (Material Suplementar para [download](#))

DECRETO 8.771, DE 11 DE MAIO DE 2016 – Regulamenta a Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações 1992

- ☞ **DECRETO 8.772, DE 11 DE MAIO DE 2016** – Regulamenta a Lei 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. (Material Suplementar para [download](#))
- DECRETO 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016** – Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal..... 1997
- ☞ **DECRETO 8.861, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016** – Dispõe sobre a designação das autoridades centrais brasileiras no âmbito da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, firmada em Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 8.870, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016** – Dispõe sobre a aplicação de procedimentos simplificados nas operações de exportação realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 8.972, DE 23 DE JANEIRO DE 2017** – Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. (Material Suplementar para [download](#))
- DECRETO 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016** – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios 1998
- DECRETO 9.039, DE 27 DE ABRIL DE 2017** – Promulga a Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial 2009
- ☞ **DECRETO 9.056, DE 24 DE MAIO DE 2017** – Regulamenta a Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016 (...) (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017** – Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.088, DE 6 DE JULHO DE 2017** – Dispõe sobre cargos e funções considerados de natureza militar. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017** – Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.107, DE 26 DE JULHO DE 2017** – Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.175, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017** – Regulamenta a Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017** – Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.188, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017** – Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017** – Regulamenta a Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração (*) (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.310, DE 15 DE MARÇO DE 2018** – Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.354, DE 25 DE ABRIL DE 2018** – Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmos e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.405, DE 11 DE JUNHO DE 2018** – Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018** – Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. (Material Suplementar para [download](#))
- ☞ **DECRETO 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018** – Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal. (Material Suplementar para [download](#))
- DECRETO 9.492, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018** – Regulamenta a Lei 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal (...) 2059

* Conteúdo parcial.

- ☞ **DECRETO 9.499, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018** – Promulga o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, do Conselho Mercado Comum, firmada na XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018** – Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018** – Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013..... 2061
- DECRETO 9.574, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018** – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre gestão coletiva de direitos autorais e fonogramas, de que trata a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998..... 2065
- DECRETO 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018** – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências..... 2069
- ☞ **DECRETO 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018** – Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 9.586, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018** – Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018** – Regulamenta a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 9.734, DE 20 DE MARÇO DE 2019** – Promulga o texto da Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, firmado na Haia, em 15 de novembro de 1965. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 9.761, DE 11 DE ABRIL DE 2019** – Aprova a Política Nacional sobre Drogas. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 9.764, DE 11 DE ABRIL DE 2019** – Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional 2083
- DECRETO 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019** – Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro..... 129
- DECRETO 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019** – Regulamenta a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas..... 2090
- ☞ **DECRETO 9.921, DE 18 DE JULHO DE 2019** – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 9.936, DE 24 DE JULHO DE 2019** – Regulamenta a Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 9.967, DE 8 DE AGOSTO DE 2019** – Promulga a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, firmada pela República Federativa do Brasil, em Nova York, em 14 de setembro de 2005.... 2095
- DECRETO 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019** – Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal..... 2103
- ☞ **DECRETO 10.025, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019** – Dispõe sobre a arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário, e regulamenta o inciso XVI do *caput* do art. 35 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, o § 1º do art. 62 da Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e o § 5º do art. 31 da Lei 13.448, de 5 de junho de 2017. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 10.033, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019** – Promulga o Protocolo referente ao Acordo de Madri sobre o Registro Internacional de Marcas, firmado em Madri, Espanha, em 27 de junho de 1989, o Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo referente ao Acordo e a formulação das declarações e notificações que especifica. (Material Suplementar para *download*)
- DECRETO 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019** – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil..... 2108
- ☞ **DECRETO 10.178, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019** – Regulamenta dispositivos da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário. (Material Suplementar para *download*)
- ☞ **DECRETO 10.188, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019** – Regulamenta a Lei 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públi-

cos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.201, DE 15 DE JANEIRO DE 2020 – Regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais 2110

DECRETO 10.209, DE 22 DE JANEIRO DE 2020 – Dispõe sobre a requisição de informações e documentos e sobre o compartilhamento de informações protegidas pelo sigilo fiscal. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.210, DE 23 DE JANEIRO DE 2020 – Regulamenta o art. 18 da Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a contratação de militar inativo para o desempenho de atividades de natureza civil na administração pública. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.214, DE 30 DE JANEIRO DE 2020 – Promulga o texto da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, concluída em Viena, em 23 de agosto de 1978. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.229, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020 – Regulamenta o direito de desenvolver, executar, operar ou comercializar produto ou serviço em desacordo com a norma técnica desatualizada de que trata o inciso VI do caput do art. 3º da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.278, DE 18 DE MARÇO DE 2020 – Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.316, DE 7 DE ABRIL DE 2020 – Regulamenta a Lei 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.411, DE 30 DE JUNHO DE 2020 – Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei 13.848, de 25 de junho de 2019 2123

DECRETO 10.417, DE 7 DE JULHO DE 2020 – Institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.488, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020 – Regulamenta a Medida Provisória 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.634, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021 – Dispõe sobre a divulgação de informações aos consumidores referentes aos preços dos combustíveis automotivos. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.661, DE 26 DE MARÇO DE 2021 – Regulamenta a Medida Provisória 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021 – Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.854, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto 9.580, de 22 de novembro de 2018. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022 – Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013..... 2172

DECRETO 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022 – Regulamenta a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira 2181

DECRETO 11.150, DE 26 DE JULHO DE 2022 – Regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, nos termos do disposto na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor 2187

DECRETO 11.243, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022 – Dispõe sobre as medidas a serem adotadas para a promoção de boas práticas regulatórias no âmbito do Poder Executivo federal para atender ao Anexo II ao Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, promulgado pelo Decreto 11.092, de 8 de junho de 2022, e altera o Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o Decreto 10.411, de 30 de junho de 2020. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

DECRETO 11.259, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022 – Altera o Decreto 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei 13.848, de 25 de junho de 2019, e o Decreto 11.243, de 21 de outubro de 2022, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas para a promoção de boas práticas regulatórias no âmbito do Poder Executivo federal para atender ao Anexo II ao Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, promulgado pelo Decreto 11.092, de 8 de junho de 2022. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

DECRETO 11.366, DE 1º DE JANEIRO DE 2023 – Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003..... 2199

A **DECRETO 11.373, DE 1º DE JANEIRO DE 2023** – Altera o Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **DECRETO 11.455, DE 28 DE MARÇO DE 2023** – Altera o Decreto 11.366, de 1º de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de recadastramento de armas de fogo e incluir novos representantes no grupo de trabalho. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **DECRETO 11.473, DE 6 DE ABRIL DE 2023** – Altera o Decreto 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **DECRETO 11.479, DE 6 DE ABRIL DE 2023** – Altera o Decreto 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

DECRETO 11.430, DE 8 DE MARÇO DE 2023 – Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 11.461, DE 31 DE MARÇO DE 2023 – Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 – Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (Material Suplementar para *download*)

DECRETO 11.480, DE 6 DE ABRIL DE 2023 – Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. (Material Suplementar para *download*)

A **DECRETO 11.567, DE 19 DE JUNHO DE 2023** – Altera o Decreto 11.150, de 26 de julho de 2022, que regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, nos termos do disposto na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e dispõe sobre os mutirões para a repactuação de dívidas para a prevenção e o tratamento do superendividamento por dívidas de consumo. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA 2.165-36, DE 23 DE AGOSTO DE 2001 – Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

MEDIDA PROVISÓRIA 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO DE 2001 – Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração 1690

MEDIDA PROVISÓRIA 2.197-43, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 – Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

MEDIDA PROVISÓRIA 2.199-14, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 – Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências. (Material Suplementar para *download*)

MEDIDA PROVISÓRIA 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001 – Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências..... 1690

A **MEDIDA PROVISÓRIA 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023** – Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A **MEDIDA PROVISÓRIA 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023** – Altera a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos arts. 1º a art. 47-A da Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

MEDIDA PROVISÓRIA 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023 – Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995 2204

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO 217, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1948 – DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU – Aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos 1023

☞ **RESOLUÇÃO 4, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006 – DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ** – Dispõe sobre o não conhecimento do agravo de instrumento manifestamente inadmissível. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO 113, DE 20 DE ABRIL DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** – Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 1.418, DE 30 DE AGOSTO DE 2010, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST** – Regulamenta o processamento do Agravo de Instrumento interposto de despacho que negar seguimento a recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho. (Material Suplementar para [download](#))

RESOLUÇÃO 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências 1888

RESOLUÇÃO 175, DE 14 DE MAIO DE 2013 – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo 1934

☞ **RESOLUÇÃO 236, DE 13 DE JULHO DE 2016, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** – Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, § 1º, do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO NORMATIVA 122, DE 3 DE AGOSTO DE 2016, DO CNI** – Dispõe sobre a concessão de permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima de tráfico de pessoas e/ou de trabalho análogo ao de escravo. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO 2, DE 29 DE AGOSTO DE 2016, DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB** – Regulamenta a execução das sanções disciplinares e os prazos para inserção de dados no Cadastro Nacional de Sanções Disciplinares – CNSD. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO 2.168, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM** – Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM 2.121, publicada no DOU de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO 2.173, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM** – Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO 9, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017, DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH** – Dispõe sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada de mulheres e adolescentes em privação de liberdade, em especial gestantes, lactantes e com filhos e filhas. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO 642, DE 14 DE JUNHO DE 2019, DO STF** – Dispõe sobre o julgamento de processos em lista nas sessões presenciais e virtuais do Supremo Tribunal Federal. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO 697, DE 6 DE AGOSTO DE 2020, DO STF** – Dispõe sobre a criação do Centro de Mediação e Conciliação, responsável pela busca e implementação de soluções consensuais no Supremo Tribunal Federal. (Material Suplementar para [download](#))

☞ **RESOLUÇÃO 4.977, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL** – Disciplina as operações de arrendamento mercantil com o tratamento tributário previsto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. (Material Suplementar para [download](#))

A RESOLUÇÃO 1/2022, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB – Acrescenta o art. 144-C ao Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A RESOLUÇÃO 2/2022, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB – Altera o § 7º do art. 59 do Código de Ética e Disciplina da OAB. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A RESOLUÇÃO 3/2022, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB – Altera os incisos I e II do art. 85, altera o § 3º e acrescenta o § 5º ao art. 89-A do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

A RESOLUÇÃO 4/2022, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB – Altera os artigos 63, 70 e 139, e o § 3º do art. 106 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

☞ **RESOLUÇÃO CD/ANPD 4, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023** – Aprova o Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas. (Material Suplementar para [download](#))

A RESOLUÇÃO 01/2023, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB – Altera o art. 56 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94). (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

PROVIMENTOS

☞ **PROVIMENTO 112, DE 10 DE SETEMBRO DE 2006 – DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB** – Dispõe sobre as Sociedades de Advogados (Material Suplementar para [download](#))

☞ **PROVIMENTO 144, DE 13 DE JUNHO DE 2011 – DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB** – Dispõe sobre o Exame de Ordem (Material Suplementar para [download](#))

☞ **PROVIMENTO 170, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB** – Dispõe sobre as

sociedades unipessoais de advocacia. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA 218, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ** – Dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PROVIMENTO 179, DE 26 DE JUNHO DE 2018 – DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB** – Institui e regulamenta o Registro Nacional de Violações de Prerrogativas, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA INTERMINISTERIAL 3, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA** – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, especifica a documentação necessária para instrução dos pedidos e define o procedimento de registro de autorizações de residência concedidas a refugiados, apátridas e asilados. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PROVIMENTO 200/2020, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB** – Regulamenta o disposto nos arts. 47-A e 58-A do Código de Ética e Disciplina da OAB, no tocante à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) diante da prática de publicidade irregular no âmbito da advocacia e das infrações ético-disciplinares puníveis *com* censura. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA INTERMINISTERIAL 4, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA** – Dispõe sobre o procedimento de concessão de autorização de residência para casos não previstos expressamente na Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 e no Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PROVIMENTO 201/2020, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB** – Dispõe sobre a participação da OAB no cumprimento do disposto no art. 7º-B da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), bem como nos arts. 15, 20, 32 e 37 da Lei 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), e, ainda, no cumprimento de decisão que determinar a busca e apreensão de que trata o art. 7º, § 6º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA INTERMINISTERIAL 5, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA** – Dispõe sobre o procedimento de reconhecimento da condição de apatridia e da naturalização facilitada dela decorrente. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PROVIMENTO 205/2021, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB** – Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA 157, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019** – Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PROVIMENTO 207/2021, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB** – Regulamenta o disposto no art. 7º da Lei n. 8.916/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), definindo as prerrogativas dos advogados que atuam em empresas públicas, privadas ou paraestatais, notadamente aqueles que ocupam cargos de gerência e diretoria jurídica (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA 770, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019** – Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. (Material Suplementar para [download](#))

PROVIMENTO 139, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Regulamenta o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), o Operador Nacional do Sistema de Registros Públicos (ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (FIC-ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil de Pessoas Naturais (FIC-RCPN) e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (FIC-RTDPJ), institui o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN) e o Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ), e dá outras providências..... 2201

🔗 **PORTARIA 623, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020** – Dispõe sobre os procedimentos de naturalização, de igualdade de direitos, de perda da nacionalidade, de reaquisição da nacionalidade e de revogação da decisão de perda da nacionalidade brasileira. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA 424, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020** – Fixa as novas idades de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 222 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a alínea “c” do inciso V do § 2º do art. 77 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA 667, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA** – Dispõe sobre o processo administrativo de auto de infração e de notificação de débito do FGTS e da contribuição social e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

PORTARIAS

🔗 **PORTARIA 15, DE 16 DE JANEIRO DE 2018, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF** – Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA** – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA 217, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ** – Estabelece os procedimentos administrativos relativos aos pedidos de extradição passiva e ativa e de prisão cautelar para fins de extradição passiva e ativa, no âmbito do Ministério da Justiça. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA 672, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA** – Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

🔗 **PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF 26, DE 10 DE JANEIRO DE 2023** – Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do

Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004. (Material Suplementar para [download](#))

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA 39, DE 15 DE MARÇO DE 2016, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST - Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva 1990

☞ **INSTRUÇÃO NORMATIVA 40, DE 15 DE MARÇO DE 2016, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST** - Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências. (Material Suplementar para [download](#))

INSTRUÇÃO NORMATIVA 41, DE 21 DE JUNHO DE 2018, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST - Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017 2050

☞ **INSTRUÇÃO NORMATIVA 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022, DO INSS** - Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário. (Material Suplementar para [download](#))

ATO

ATO 491, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST - Fixa parâmetros procedimentais para dar efetividade à Lei 13.015/2014, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho 1963

INTERNACIONAL

Convenção de Direito Internacional Privado 977

Convenção de Havana sobre Tratados 991

Carta das Nações Unidas 1004

Estatuto da Corte Internacional de Justiça 1010

Declaração Universal dos Direitos Humanos 1023

Convenção 87 da OIT - Relativa à liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização 1033

Convenção 98 da OIT - Relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva 1034

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados 1035

☞ Convenção de Aviação Civil Internacional (Material Suplementar para [download](#))

☞ Convenção sobre asilo diplomático (Material Suplementar para [download](#))

Convenção sobre asilo territorial 1065

Convenção para adoção de uma lei uniforme em matéria de cheques 1079

Convenção destinada a regular certos conflitos de leis em matéria de cheques e protocolo 1084

Convenção para a adoção de uma lei uniforme sobre letras de câmbio e notas promissórias 1085

Convenção destinada a regular certos conflitos de leis em matéria das letras de câmbio e notas promissórias e protocolo 1092

Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção) 1333

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) 1353

Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (1994) 1442

Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado (1979) 1460

Protocolo de medidas cautelares 1567

Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção ao Meio Ambiente 1576

Convenção sobre o reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais estrangeiras (1958) 1701

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998) 1702

Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul 1745

Convenção Interamericana contra o Terrorismo (2002) ... 1798

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 1858

Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 1865

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) 1868

Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (1951) 1876

☞ Convenção para a redução dos casos de apatridia (Material Suplementar para [download](#))

Convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros 1987

Convenção sobre a obtenção de provas no estrangeiro em matéria civil ou comercial 2009

Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso 2061

☞ Convenção relativa à citação, intimação e notificação no estrangeiro de documentos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial (Material Suplementar para [download](#))

☞ Acordo de Madri Relativo ao Registro Internacional de Marcas (Material Suplementar para [download](#))

☞ Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados (Material Suplementar para [download](#))

Convenção internacional para a supressão de atos de terrorismo nuclear 2095

Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância 2172

CIRCULAR

☞ **CIRCULAR 347, DE 27 DE JUNHO DE 2007, DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP** - Disponibiliza no sítio da SUSEP as condições contratuais do plano padronizado para o seguro de fiança locatícia de imóveis urbanos e estabelece as regras mínimas para a comercialização deste seguro. (Material Suplementar para [download](#))

- 🔗 **CIRCULAR 671, DE 1º DE AGOSTO DE 2022, DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP** – Dispõe sobre regras e critérios para a elaboração e a comercialização de planos de seguro do ramo Fiança Locatícia. (Material Suplementar para *download*)

OAB

Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.....	887
Código de Ética da Magistratura Nacional	1847
Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.....	891

EMENDA REGIMENTAL

- A EMENDA REGIMENTAL 58, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022, DO STF** – Altera dispositivos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)
- A EMENDA REGIMENTAL 42, DE 9 DE MAIO DE 2023, DO STJ** – Altera, inclui e revoga dispositivos do Regimento Interno para disciplinar a classificação de feitos no Superior Tribunal de Justiça. (Meramente alteradora. Texto incorporado na referida norma)

REGIMENTOS INTERNOS

Regimento Interno do STF	2228
Regimento Interno do STJ	2246
🔗 Regimento Interno do STM (Material Suplementar para <i>download</i>)	
🔗 Regimento Interno do TSE (Material Suplementar para <i>download</i>)	
🔗 Regimento Interno do TST (Material Suplementar para <i>download</i>)	

ENUNCIADOS

- 🔗 Enunciados da Jornada de Direito Civil (Material Suplementar para *download*)
- 🔗 Enunciados da Jornada de Direito Processual Civil (Material Suplementar para *download*)
- 🔗 Enunciados da Jornada de Direito Comercial (Material Suplementar para *download*)
- 🔗 Enunciados da Jornada de Direito do Trabalho (Material Suplementar para *download*)

- 🔗 Enunciados da Jornada de Direito Administrativo (Material Suplementar para *download*)
- 🔗 Enunciados da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM (Material Suplementar para *download*)
- 🔗 Enunciados do Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE (Material Suplementar para *download*)
- 🔗 Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF (Material Suplementar para *download*)
- 🔗 Enunciados da Jornada de Direito da Saúde, do Conselho Nacional de Justiça (Material Suplementar para *download*)

SÚMULAS

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal – STF	2270
Súmulas do Supremo Tribunal Federal – STF	2271
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	2283
🔗 Súmulas do Tribunal Federal de Recursos – TFR (extinto) (Material Suplementar para <i>download</i>)	
Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho – TST	2295
Súmulas do Superior Tribunal Militar – STM	2314
Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE	2314
Súmulas do Conselho Pleno do CFOAB.....	2316
🔗 Súmulas do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB (Material Suplementar para <i>download</i>)	
Súmulas dos Juizados Especiais Federais – JEF	2316
🔗 Súmulas do CARF (Material Suplementar para <i>download</i>)	
Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Pleno – TST....	2318
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-I – TST	2319
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-I – Transitória – TST	2333
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-II – TST	2337
Orientações Jurisprudenciais da SDC – TST	2343
Precedentes Normativos – TST	2345

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

• do Código de Processo Civil.....	249
• da Nova Parte Geral do Código Penal.....	364
• da Parte Especial do Código Penal	369
• do Código de Processo Penal.....	424
• da Consolidação das Leis do Trabalho.....	594
• da Lei de Execução Penal – LEP	1231